

Que a atual política cambial constitui sob certos aspectos, uma injustiça para os cafeicultores, e fato que não pode ser refutado. São eles que sustentam o câmbio oficial, pois são praticamente os únicos que exportam o produto nessa base. É devido a eles que se consegue importar matérias primas e máquinas a baixo preço, e que o Governo consegue saldar os seus compromissos com o mundo de dinheiro. Não se pode negar, pois, que é o café que subsidia parte das atividades econômicas do país.

Se se tratasse de um país com uma organização racional e coerente, esse argumento não seria levado em maior conta, pois não haveria nada de extraordinário nesse subsídio. Seria até muito justo, pois é natural que os encargos de uma sociedade recaiam sobre os que possuem pagar. Se o café é o único produto que suporta tal encargo torna-se justo sobrecarregá-lo. É o que ocorre na Venezuela com o petróleo, no Chile com o cobre e o salitre. Muitos Estados do Brasil também tem nas exportações de algodão, ou de cana, a sua única fonte de receita. Infelizmente porém, a situação, do Brasil não é de molde a permitir que se defenda essa forma de subsídio. O câmbio oficial nem sempre tem sido usado de acordo com os interesses da coletividade. É grande o número de firmas que tem se liquidado com a existência de dois câmbios e com o sistema de controle quantitativo das importações, de modo que não se deve falar em mantê-lo, a fim de atender o interesse social, sem maiores cuidados.

É preciso ponderar, porém, que a questão de manter ou não a nossa atual política cambial não se prende somente ao desejo de se trazer com maior ou menor equidade os cafeicultores do país. Existe também o interesse de toda a economia do país, que se acha de uma forma ou outra entrelaçada com a medida.

Um dos argumentos em favor da manutenção do câmbio oficial na base de 18,72 mais taxas, é a necessidade de se manter o preço do café em dólares. Recusa-se que a mudança da taxa traga oportunidade para os americanos pagarem menos, em dólares, pelo café que adquirem, o que seria desvantajoso, pois viria diminuir nossa receita total nessa moeda.

A posição estatística do café é muito boa e o aumento de seu preço em cruzeiro, não deveria trazer em curto período de tempo qualquer modificação nessa posição. A rigor, não deveria portanto trazer modificação em seu preço em dólares. Não acreditamos que os importadores americanos decidam pagar menos pelo café, simplesmente porque os fazendeiros vão dispor de melhores preços. Se eles pudessem fazer isso, já o teriam feito, sem considerar o preço que os fazendeiros aqui recebem. Além disso, existe o interesse dos produtores de outros países, que também suprem o mercado americano. O que pode ocorrer, porém, é que os produtores nacionais tenham pressa em vender o seu produto e que, com isso, promovam um abarrotamento temporário do mercado. O perigo está, pois, em nossa própria atitude e não na dos importadores ame-

ricanos.

Outro argumento apontado em favor de se manter o câmbio oficial na taxa de 18,72, é que ele permite o reaparelhamento da indústria a preços baixos e permite também ao Governo, cumprir suas obrigações no exterior sem haver necessidade de maior emissões ou impostos.

Não se pode negar a necessidade de um país, como o Brasil, subsidiar o seu desenvolvimento industrial. Todavia, há ocasiões em que esse subsídio se torna excessivo, com visíveis prejuízos para toda a economia. É e isso o que ocorre, no momento. O direito de importar matérias primas e mercadorias a preço baixo no câmbio oficial e de poder vendê-las (ou produzir com elas artigos vendáveis) a preços elevados no mercado interno, tem proporcionado aos industriais e comerciantes, elevada margem de lucro. Margem essa que, juntamente com a que obtém com outros fatores protecionistas, atrai capitais e demais recursos do país, em detrimento da agricultura. Sendo deficientes o volume de investimento na lavoura, esta acaba por se tornar ineficiente e, com isso, passa a dificultar o desenvolvimento econômico do país. Desse modo, o argumento de que, a taxa atual do câmbio é benéfica porque proporciona facilidades a indústria, deixa de ser válida, e pode, mesmo, ser usada como argumento de que deve ser mudada porque dá uma proteção excessiva a certos setores da economia, em detrimento de outros.

De outro lado, citam-se inúmeras desvantagens da manutenção do atual sistema de câmbio. Uma das principais é a de dificultar a exportação da maioria dos produtos agrícolas. No momento, apenas o café e o cacau suportam a exportação num câmbio oficial. Até o algodão, que é um produto de grande importância na economia rural do país, já se tornou gravoso e não poderá continuar a ser produzido se não for autorizada a venda de parte de suas cambiais no mercado livre. E mesmo assim haverá o perigo de que os agricultores não mantenham as produções de modo, a exemplo do que está ocorrendo com outros produtos, cujas produções não são estimuladas com a inclusão de parte de suas cambiais no mercado livre, o produtor de algodão poderá também preferir deixar suas terras para pasto, do que ficar na expectativa da porcentagem com que o produto vai ser favorecido. Este argumento torna-se extremamente forte quando se considera que não há possibilidade prática de se operar uma mudança na situação, de modo a vir a ser possível exportar novamente esses artigos nessa taxa de câmbio. Não se pode esperar que os preços no mercado internacional subam (a tendência é, aliás, para baixo) e também não há esperança para que ocorra uma diminuição profunda de custo de produção. Tal diminuição somente poderá se dar através de uma melhoria generalizada da técnica de produção (o que é praticamente impossível de ser obtida em poucos anos) ou então, através de uma diminuição geral dos preços de todos os fatores de produção, o que significa uma deflação profunda, e que, aliás pelas suas consequências deve ser evitada.

Outras desvantagens do atual sistema é que ele não tem favore-